

GUIA PARA INTEGRANTES



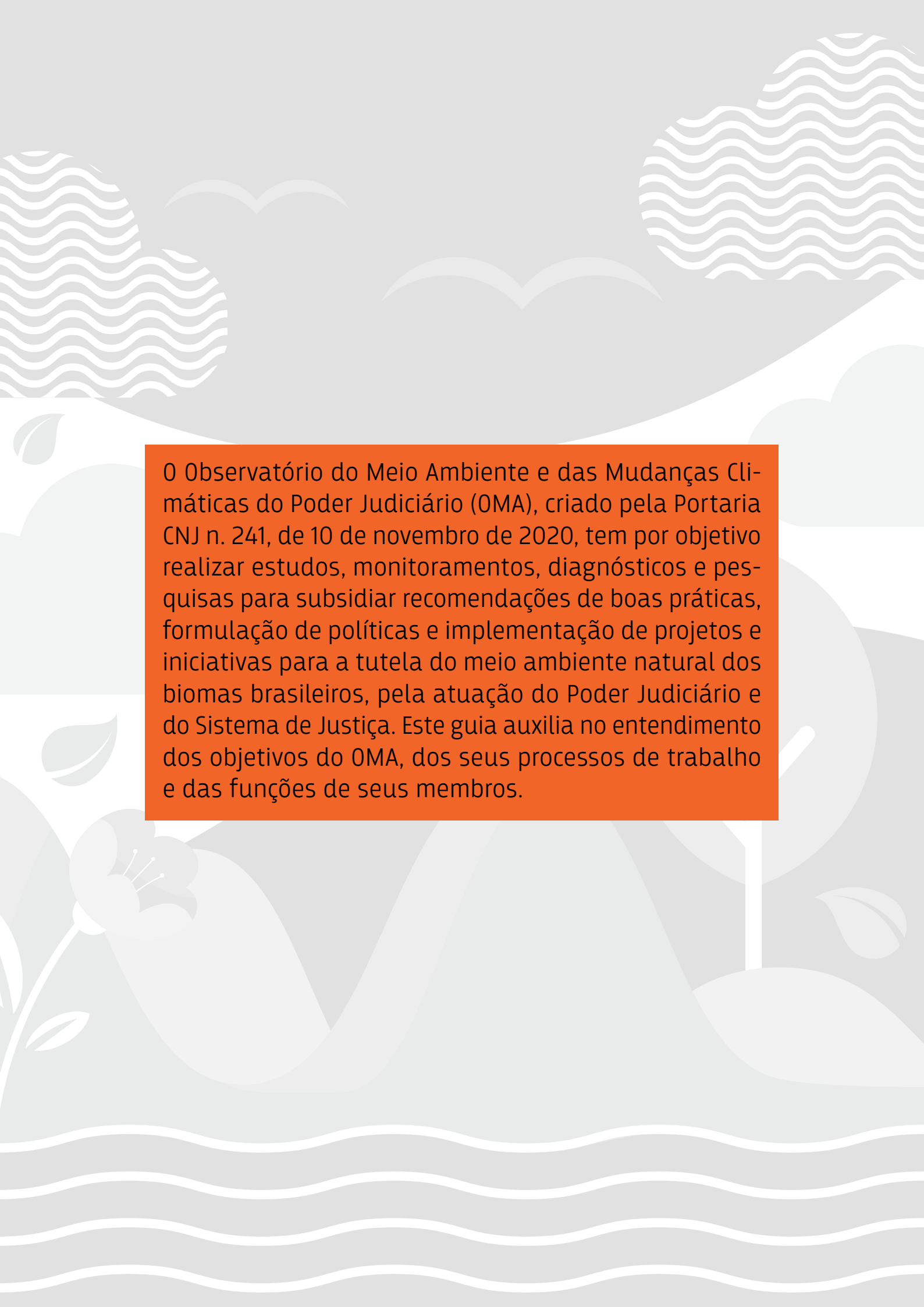
**OBSERVATÓRIO DO
MEIO AMBIENTE
E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
DO PODER JUDICIÁRIO**

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

GUIA PARA INTEGRANTES



**OBSERVATÓRIO DO
MEIO AMBIENTE
E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
DO PODER JUDICIÁRIO**

The background features a light gray color with white decorative elements. At the top, there are stylized clouds with wavy patterns and two birds in flight. Below these, there are faint outlines of plants, including a large flower on the left and a leafy plant on the right. At the bottom, there are several horizontal wavy lines representing water or a field.

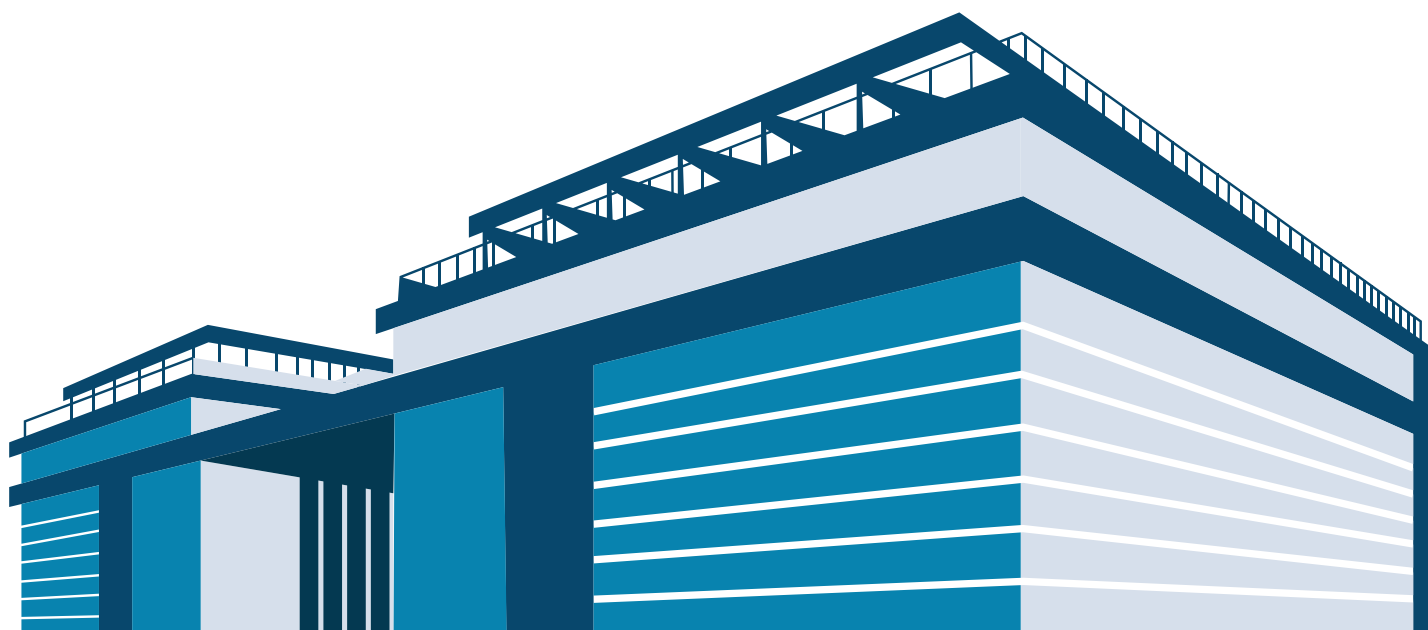
O Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário (OMA), criado pela Portaria CNJ n. 241, de 10 de novembro de 2020, tem por objetivo realizar estudos, monitoramentos, diagnósticos e pesquisas para subsidiar recomendações de boas práticas, formulação de políticas e implementação de projetos e iniciativas para a tutela do meio ambiente natural dos biomas brasileiros, pela atuação do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça. Este guia auxilia no entendimento dos objetivos do OMA, dos seus processos de trabalho e das funções de seus membros.

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Órgão criado em 2004 pela Emenda à Constituição n. 45, de 30 de dezembro de 2004, para, entre outras atividades, exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e das juízas.

O CNJ deve garantir a autonomia do Judiciário e o cumprimento do Estatuto da Magistratura (**zelar pelo Judiciário**); receber reclamações e representações contra membros, órgãos e serviços do Judiciário e cartórios (**serviços ao cidadão**); julgar processos disciplinares contra magistrados e aplicar penalidades administrativas (**responsabilização dos juízes**); formular e executar políticas, programas e projetos no Judiciário (**políticas judiciárias**); definir o planejamento estratégico, as metas e os programas de avaliação institucional do Judiciário (**gestão estratégica**); e implementar, fomentar e disseminar boas práticas que visem ao aprimoramento do Judiciário (**eficiência dos serviços judiciais**).

Para cumprir seu papel, o CNJ utiliza os seguintes instrumentos: resoluções e recomendações direcionadas ao Poder Judiciário; campanhas, eventos e capacitações; termos de cooperação; pesquisas judiciárias; processo administrativo disciplinar para apurar infrações; procedimentos para fiscalizar atos administrativos dos tribunais; outorga de prêmios; soluções de tecnologia da informação; publicações especializadas e manuais; fixação de metas nacionais para o Poder Judiciário; monitoramento de políticas públicas; programas e projetos; disseminação de boas práticas; uniformização de procedimentos em âmbito nacional.



O OMA, enquanto conselho consultivo da Presidência do CNJ, pretende ser um núcleo de referência no acompanhamento e na disseminação de dados, informações, estudos comparados, análises prospectivas, debates e produção científica, a fim de aperfeiçoar as políticas, os programas e os projetos do Poder Judiciário.

Sob essa ótica, espera-se que o Observatório influencie o progresso do conhecimento e de diálogos críticos e construtivos sobre a questão socioambiental, consolidando-se como espaço de democratização do Poder Judiciário e de diálogo permanente e qualificado com a sociedade civil e outros órgãos públicos.

O OMA tem desempenhado papel importante para identificar obstáculos e gargalos que dificultam a efetivação dos direitos, bem como para auxiliar na construção de soluções criativas para esses entraves.

Sua composição é formada por representantes do CNJ (Conselheiros e Conselheiras, Secretária-Geral e Secretário de Estratégia e Projetos) e representantes da sociedade civil e órgãos públicos com atuação na temática ambiental, convidados pela Presidência do CNJ.

DIRETRIZES DA PRESIDÊNCIA DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO CNJ E NO STF (BIÊNIO 2023-2025)

As diretrizes foram definidas em três eixos:



Conteúdo

aumentar a eficiência da Justiça, avançar a pauta dos direitos fundamentais e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil.



Comunicação

melhorar a interlocução com a sociedade, com a exposição dos temas em linguagem simples, desfazendo incompreensões.



Relacionamento

atuar de forma técnica e imparcial, mas não isolada da sociedade.

Para realizá-las, priorizam-se três vertentes:



Políticas judiciárias de eficiência

implementar e efetivar políticas judiciárias focadas na prestação jurisdicional rápida e na otimização dos recursos humanos e materiais.



Proteção a grupos vulnerabilizados

produzir decisões e políticas judiciárias que rejeitem todas as formas de violência, protejam direitos constitucionais e contribuam para a construção de uma sociedade sustentável, inclusiva e livre de toda e qualquer forma de preconceito.



Estruturação do Poder Judiciário

garantir condições materiais e facilitar a missão institucional da Justiça brasileira pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados(as), não como obstáculo, nem apenas pela cobrança, mas também pelo diálogo e suporte.

COMO PODEM ATUAR OS INTEGRANTES DO OMA?

- Sugerindo prioridades, metas e objetivos ao Observatório.
- Propondo cronogramas e planos de trabalho.
- Colaborando com projetos e iniciativas do CNJ.

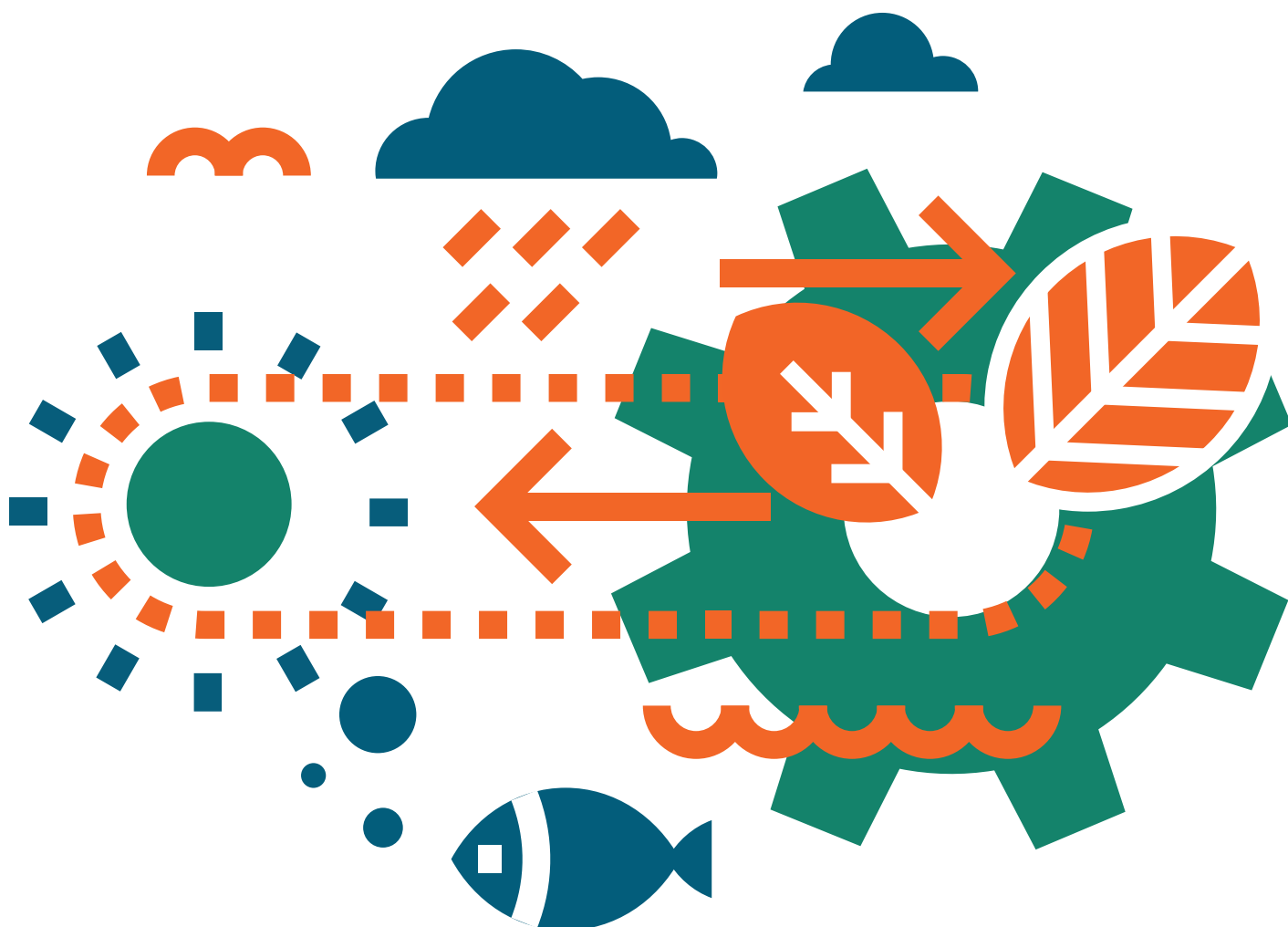
As atividades são desenvolvidas em caráter honorífico e não remunerado.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO OMA?

- promover a articulação do Poder Judiciário com instituições nacionais ou internacionais, com o objetivo de contribuir para aumentar as ferramentas de enfrentamento das violações do meio ambiente, com foco no meio ambiente natural dos biomas brasileiros, bem como parcerias para o intercâmbio de informações, dados, documentos e experiências;
- municiar, inclusive com estudos ou pareceres, a atuação do Poder Judiciário na formulação de políticas, projetos e diretrizes destinados à tutela do meio ambiente natural dos biomas brasileiros e à mitigação dos danos climáticos e ambientais decorrentes do aquecimento global;
- executar iniciativas e projetos relacionados às temáticas do meio ambiente natural dos biomas brasileiros, das mudanças climáticas e do aquecimento global;
- propor a celebração de acordos de cooperação afetos ao seu escopo de atribuições;
- organizar publicações referentes à atuação do Poder Judiciário na defesa do meio ambiente, promover seminários, audiências públicas ou outros eventos concernentes ao tema;
- propor ao Plenário do CNJ medidas que considere pertinentes e adequadas ao aprimoramento da tutela do meio ambiente no âmbito do Poder Judiciário.

QUAL O PROCESSO DE TRABALHO DO OMA?

- Reuniões ordinárias a cada três meses.
- Voz e voto a todos os integrantes nas deliberações do Observatório.
- Cada integrante pode propor as iniciativas que julgar pertinentes.
- Os debates dos temas e os encaminhamentos ocorrerão por meio do Comitê Executivo.
- As propostas serão avaliadas por equipe técnica do CNJ, que poderá sugerir adequações.
- Os(as) integrantes poderão sugerir a formulação de convites a especialistas para que participem das reuniões.



ALGUMAS INICIATIVAS RELACIONADAS À TEMÁTICA AMBIENTAL EM CURSO NO CNJ

- Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente (Resolução CNJ n. 433, de 27 de outubro de 2021);
- Orientação para utilização de dados de sensoriamento remoto e de informações obtidas por satélite na instrução probatória de ações ambientais cíveis e criminais (Recomendação CNJ n. 99 de 21 de maio de 2021);
- Protocolo para julgamento de ações ambientais no âmbito do Poder Judiciário brasileiro (Recomendação CNJ n. 145, de 27 de setembro de 2023);
- Programa Judicial de Acompanhamento do Desmatamento na Amazônia – Projada (Portaria CNJ n. 228 de 12 de setembro de 2023);
- Meta Nacional para julgamento de ações ambientais (Meta 10);
- Pesquisas: “Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal” e “Crimes ambientais na Amazônia Legal: a atuação da Justiça nas cadeias de lavagens de bens e capitais, corrupção e organização criminosa” (a ser lançada em 23/4/2024);
- Premiações: Concurso Nacional de Decisões Interlocutórias, Sentenças e Acórdãos sobre Meio Ambiente e Prêmio Juízo Verde;
- Desenvolvimento de painel interativo e interinstitucional de dados ambientais (Sirenejud), de acesso público (<https://frontend-sirenejud.stg.cloud.cnj.jus.br>).

Para contato com o Observatório, solicita-se o envio de mensagem ao e-mail meioambiente@cnj.jus.br.

GUIA PARA INTEGRANTES



**OBSERVATÓRIO DO
MEIO AMBIENTE
E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
DO PODER JUDICIÁRIO**

**PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DA CONSTRUÇÃO DE
UMA JUSTIÇA MAIS EFICIENTE E SUSTENTÁVEL:
NÃO IMPRIMA ESTE GUIA!**

